

Resíduos Sólidos

Considerações Gerais, Planos e Logística Reversa

Sabrina Andrade

24 de abril de 2014

I- CONSIDERAÇÕES GERAIS

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

- Lei 12.305 (02AGO2010)

4 TÍTULOS

- Disposições gerais
- A Política Nacional de Resíduos Sólidos
- Diretrizes Aplicáveis
- Disposições transitórias e finais

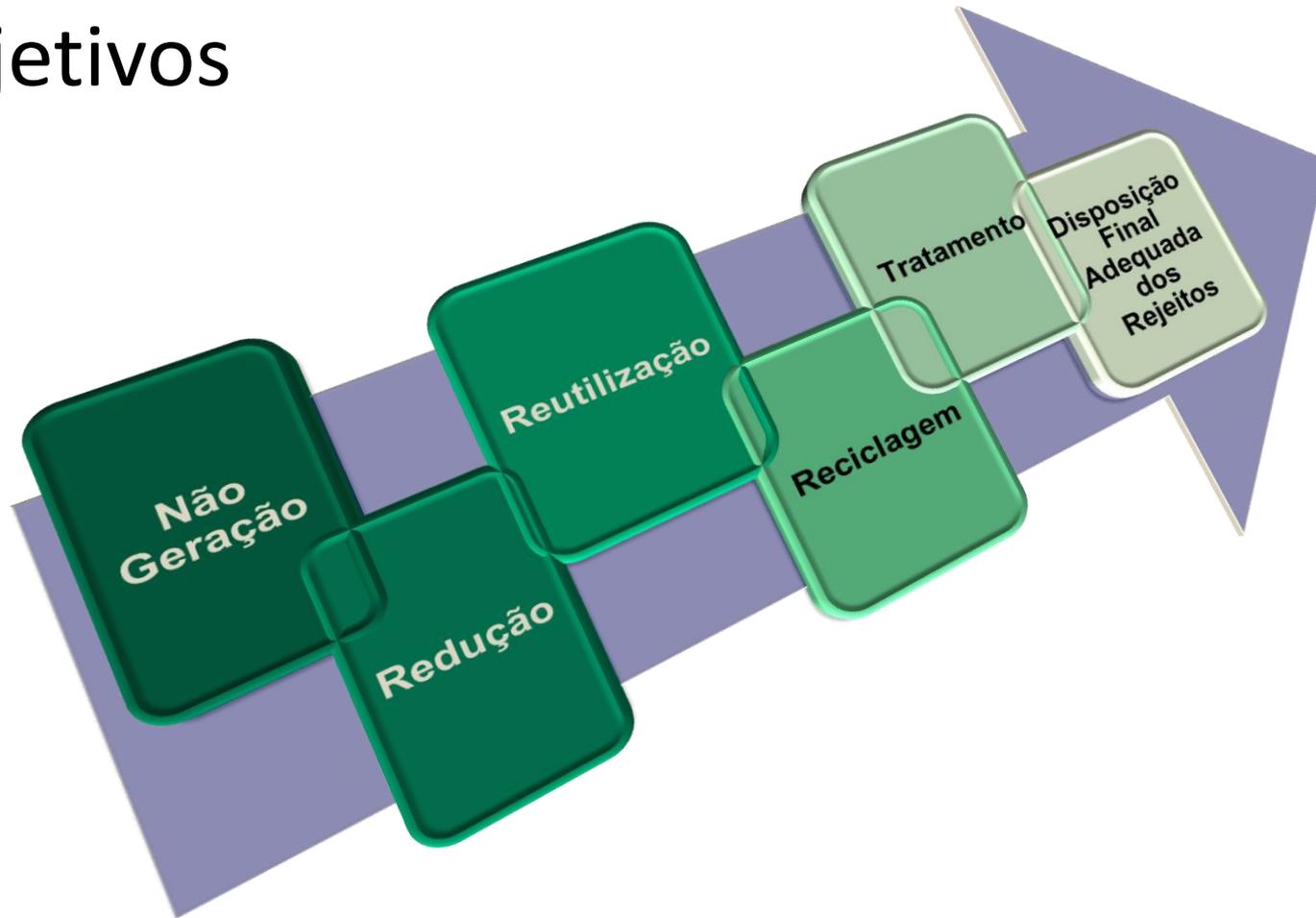
- Integra o Sistema Nacional de Meio Ambiente e está ligada à lei de crimes ambientais (lei 9.605/98)

- Decreto 7.040 (23DEZ2010)

Duas décadas de discussões!

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Objetivos



GERAÇÃO DE RESÍDUOS

PANO DE FUNDO:

- Sem a PNRS, a geração de resíduos tende a crescer com o aumento da população urbana, dos processos industriais que privilegiam o descartável, do aumento da capacidade de consumir e a expansão das manchas urbanas

Gestão de resíduos sólidos

Principais atores

- Ministérios
 - MMA/SRHU, MCid, MS (Funasa), MDIC, MAPA, MF, MTE, MDCF,, MI
 - IBAMA
- Estados e OEMAs
- Municípios e Concessionários de Serviços de Limpeza Urbana
- Catadores de Materiais Recicláveis
- Fabricantes de equipamentos
- Instituições financeiras
- Universidades
- Fundações
- Ministério Público

- Sociedade

Frentes de Implementação da Política

- Planos de Resíduos Sólidos
- Coleta Seletiva
- Reciclagem
- Logística Reversa
- Sistema de Informações (SINIR)
- Destinação final dos rejeitos
- Produção e consumo sustentáveis

MODELO TECNOLÓGICO COM AÇÕES PARA A REDUÇÃO DA DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS

Coleta Seletiva



Triagens de Reciclados



Associações de Catadores



Pontos de Entrega Voluntária (PEV)



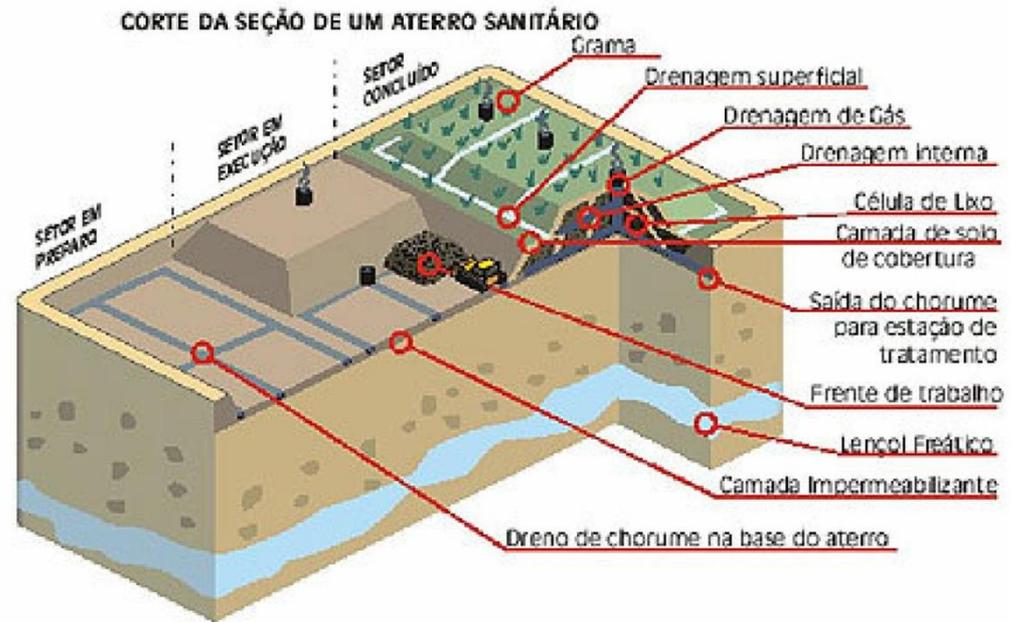
Compostagem



Disposição final de rejeitos



Lixão ou Vazadouro
2906 lixões em 2810 municípios



COMPOSIÇÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL PRESENTE NO LIXO URBANO COMUM

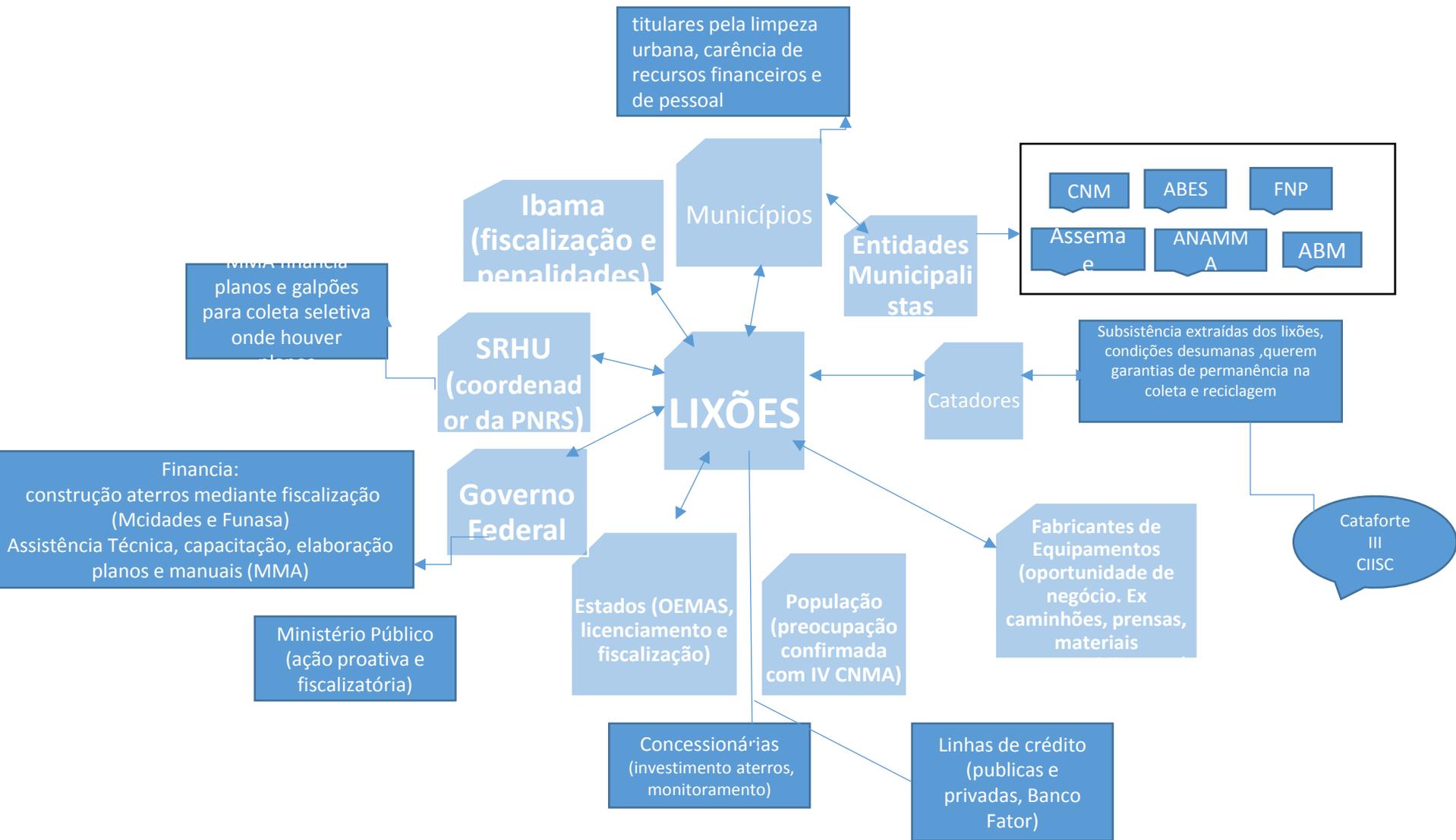
Material	Resíduos Recicláveis (ton/dia)	Taxa de recuperação	Recuperação (ton/dia)
Alumínio	1.016	71%	717
Aço	3.894	38%	1.490
Papel	22.178	36%	7.884
Plástico	22.856	9%	2.092
Vidro	4.063	33%	1.340
Total	54.007	25%	13.523

Fonte: IPEA 2012 e associações , adaptação LCA

Segundo dados IBGE 2013

25% Municípios produzem 80% resíduos

20% Municípios produzem 76,4% resíduos



II - PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

TIPOS

- A lei prevê

PLANO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Planos Estaduais de Resíduos Sólidos

**Planos
Microrregionais
e de Regiões
Metropolitanas**

**Planos
Intermunicipais**

**Planos
Municipais**

Planos de Gerenciamento de RS

Plano Nacional de Resíduos Sólidos

Conteúdo

- O Plano Nacional de Resíduos Sólidos, conforme previsto na Lei 12.305/2010 tem vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, com atualização a cada 04 (quatro) anos e contemplará o conteúdo mínimo conforme segue: “
- *I - **diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos**;*
- *II - **proposição de cenários**, incluindo tendências internacionais e macroeconômicas;*
- *III - **metas de redução, reutilização, reciclagem**, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;*
- *IV - **metas para o aproveitamento energético** dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;*
- *V - **metas para a eliminação e recuperação de lixões**, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;*
- *VI - **programas, projetos e ações** para o atendimento das metas previstas;*

Plano Nacional de Resíduos Sólidos

Conteúdo

- *VIII - **medidas para incentivar e viabilizar a gestão regionalizada dos resíduos sólidos;***
- *IX - diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos das regiões integradas de desenvolvimento instituídas por lei complementar, bem como para as áreas de especial interesse turístico;*
- *X - **normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos;***
- *XI - **meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito nacional, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.***
- *Diretrizes para cada tipo específico de resíduo (11 tipos)*

Ações do MMA

Convênios já celebrados
com os Estados *para regionalização*

Estados	Valor (R\$)
Sergipe	277.885,36
Bahia	1.000.000,00
Rio de Janeiro	1.493.200,00
Maranhão	375.142,40
Alagoas	333.330,00
Minas Gerais	974.226,00
Pernambuco	444.330,00
Piauí	777.780,00
Rio Grande do Norte	600.000,00
Acre	380.440,00
Santa Catarina	500.028,00
Ceará	444.440,00
Pará	640.000,00
Mato Grosso	839.841,00
Paraná	657.600,00
Paraíba	669.114,86
Goiás	423.670,00
Rondônia	557.980,00
Total	11.389.007,62

Rio Grande do Sul
São Paulo
Mato Grosso do Sul
Espírito Santo
Amapá
Amazonas
Roraima
Tocantins



2007  2008  2009 

Estudos de Regionalização

Planos Estaduais

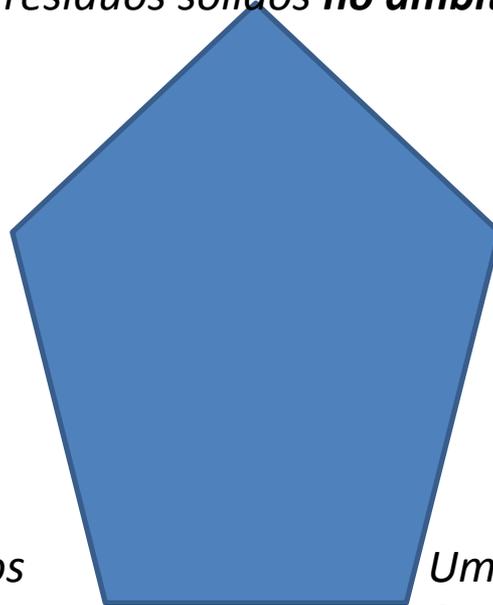
Situação

- 19 Planos em Elaboração
- 3 Planos Concluídos (Maranhão e Rio de Janeiro e Pernambuco)
- Valor total empenhado desde 2006 pelo MMA para financiar PERS: R\$26.799.527

Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS)

Principal instrumento de planejamento das ações de resíduos sólidos no âmbito municipal

Conteúdo mínimo estabelecido no Art. 19 da PNRS

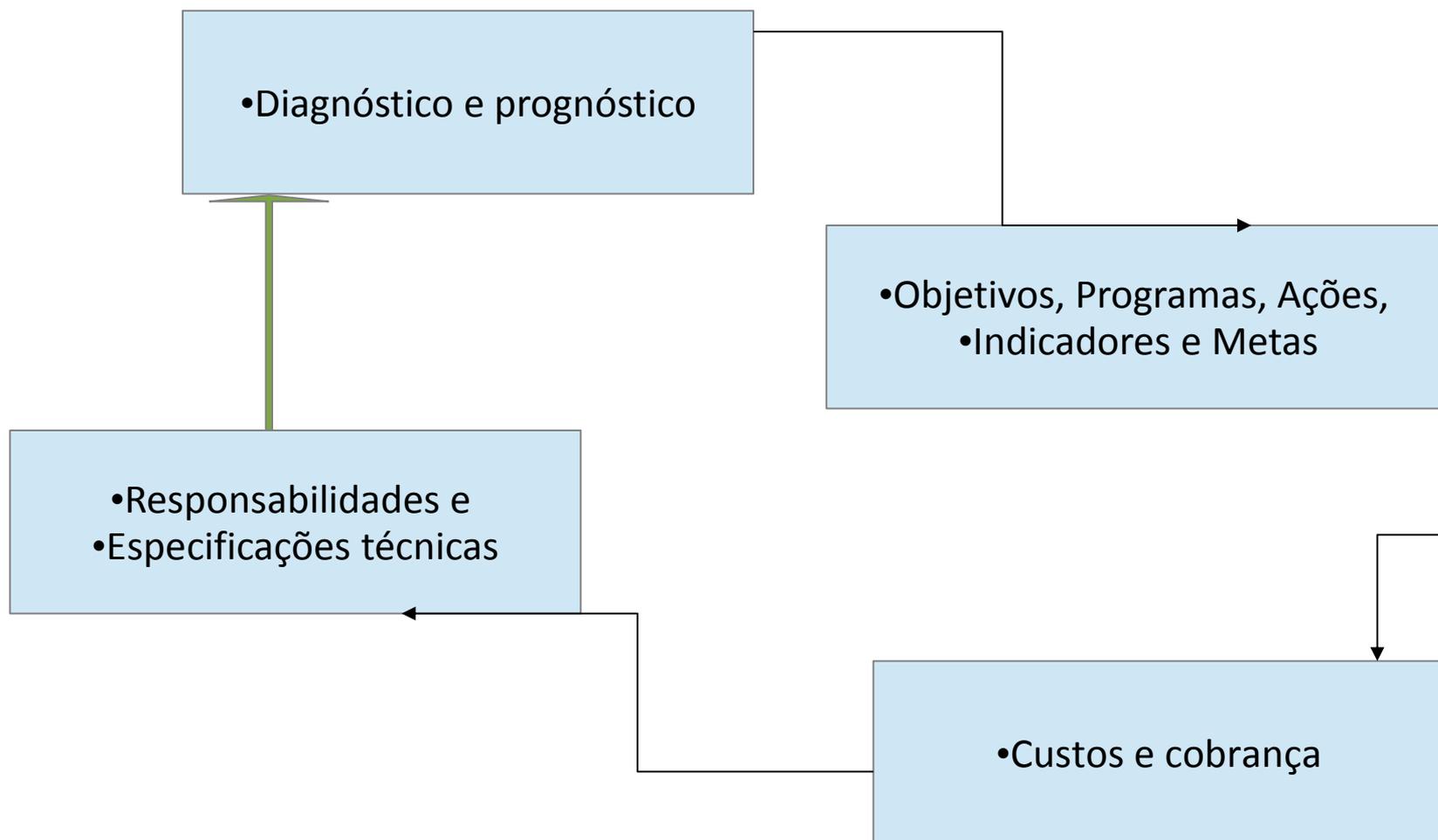


Possibilidade de Plano Simplificado para municípios com menos de 20.000 habitantes (exceções previstas em decreto)

Em caso de consórcios intermunicipais, um mesmo plano pode atender todos os municípios do consórcio, respeitando o conteúdo mínimo previsto em lei

Uma condição para acesso a recursos federais desde 02 de agosto de 2012 (Ministérios, BNDES, Caixa Econômica, Banco do Brasil,...)

Conteúdo Mínimo do PGIRS



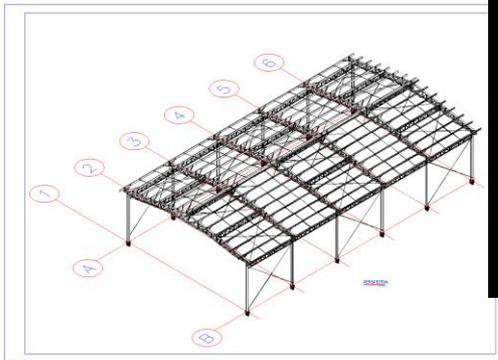
Diagnóstico e prognóstico

- I – Diagnóstico da situação de resíduos sólidos gerados
- II - Áreas favoráveis para disposição final de rejeitos
- III - Possibilidade de soluções consorciadas
- IV - Identificação de grandes geradores
- XVIII - Identificação de passivos ambientais e áreas contaminadas (lixões, bota-fora, áreas órfãs...)



Objetivos, Programas, Ações, Indicadores e Metas

- VI – Indicadores de desempenho operacional e ambiental
- IX – Programas e ações de capacitação técnica para implementação do plano
- X – Programas e ações de educação ambiental
- XI – Programas e ações para participação de catadores
- XII – Mecanismos para criação de renda mediante a valorização de resíduos sólidos
- XIV – Metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem
- XVII – Ações preventivas e corretivas, incluindo monitoramento



Responsabilidades e Especificações técnicas

- V – Procedimentos operacionais e especificações para os serviços públicos
- VII – Regras para o transporte
- VII – Definição de responsabilidades
- XV – Formas e limites de participação do poder público na coleta seletiva e logística reversa
- XVI – Controle e fiscalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos e logística reversa
- XIX – Periodicidade de sua revisão



Os colaboradores da Nova Limpeza, utilizam todos os equipamentos de segurança dentro das normas estabelecidas por lei e Fiscalização. (EPI)



- Curso de capacitação EAD do MMA para elaboração de Elaboração de Plano Simplificado de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para 1000 técnicos municipais
- 19% dos municípios declaram ter o plano *concluído* ou *em elaboração* o que equivale a 35% da população
- Valor total empenhado em 2011 e 2012 pelo MMA para financiar PGIRS de municípios: R\$ 56.701.377

III- RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA E LOGÍSTICA REVERSA



Atores da logística reversa

VISANDO



- ✓ **Fabricantes**
- ✓ **Importadores**
- ✓ **Distribuidores**
- ✓ **Comerciantes**
- ✓ **Consumidores**
- ✓ **Titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos**

- ✓ ***Minimização da geração de resíduos sólidos e rejeitos;***
- ✓ ***Redução da pressão sobre recursos naturais e***
- ✓ ***Redução dos impactos à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos***

consumidores

descarte
adequado

fabricantes importadores
distribuidores e comerciantes

logística reversa

- Municípios e Distrito Federal
limpeza pública e manejo dos
resíduos

CADEIAS DE PRODUTOS OBRIGADAS A IMPLANTAR LOGÍSTICA REVERSA PELA LEI Nº 12.305/2010 (ART. 33)



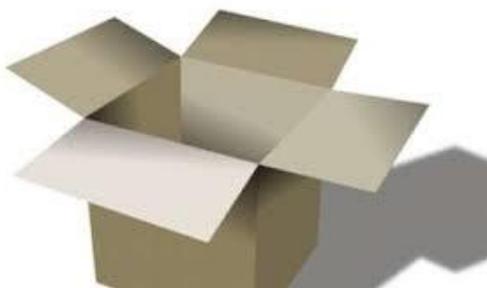
Pilhas e Baterias



Pneus



Agrotóxicos



Embalagens em Geral



Óleos Lubrificantes suas embalagens e Resíduos



Lâmpadas Fluorescentes



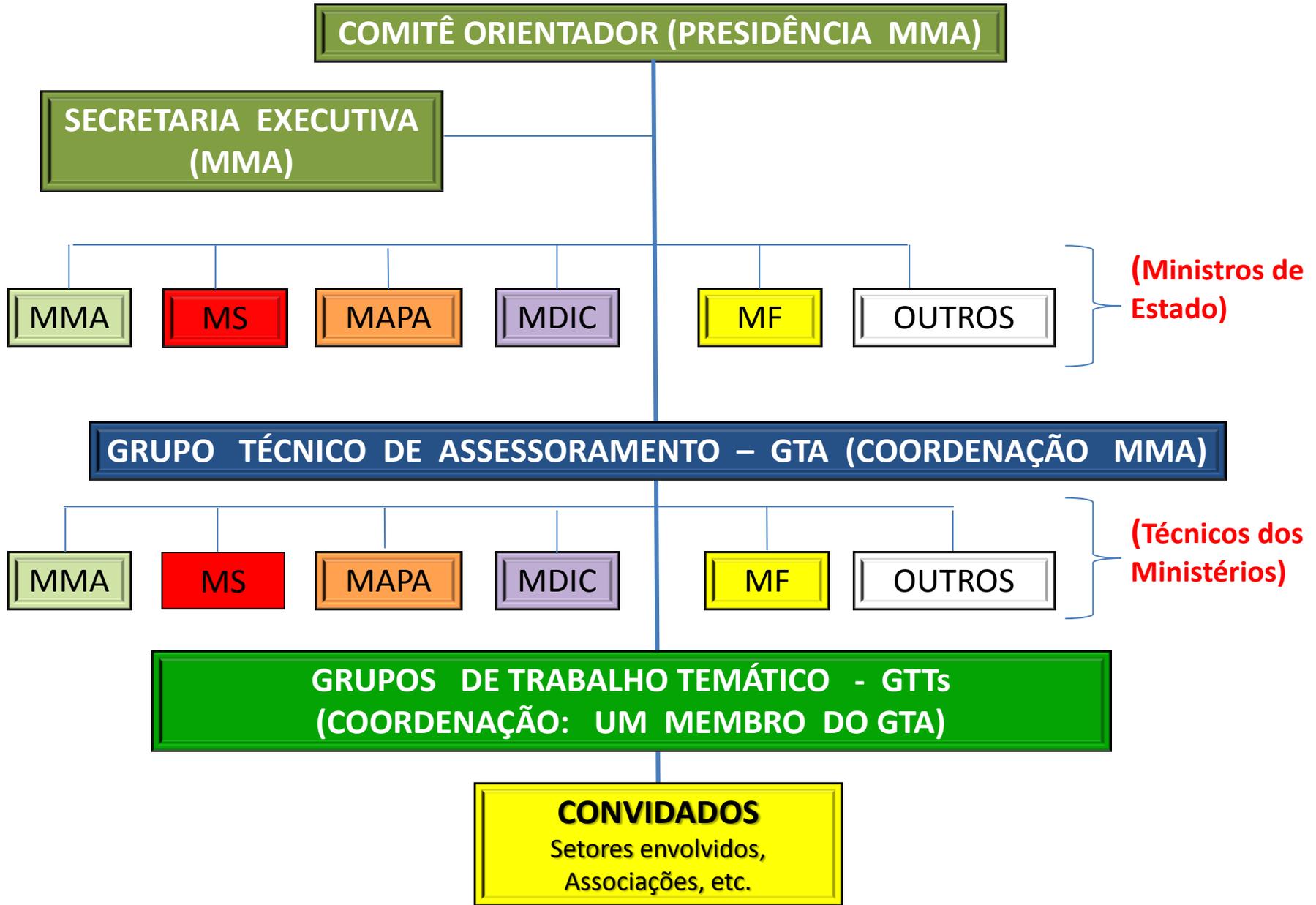
Produtos Eletroeletrônicos



Medicamentos

IV - A ESTRUTURAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA

O CORI



As etapas do processo de Acordo Setorial de Logística Reversa

1. Instalação do GTT correspondente, reuniões de trabalho e elaboração do TDR para o estudo de viabilidade técnica econômica com a participação de entidades interessadas
2. Realização do estudo de viabilidade técnico-econômica e análise da situação dos resíduos
3. Aprovação do EVTE e da minuta do edital de chamamento de propostas pelo CORI
4. Publicação do edital de chamamento
5. Recebimento de propostas
6. Análise de propostas e abertura de prazo para negociações e ajustes
7. Aprovação da(s) proposta(s), elaboração de minuta de acordo setorial
8. Consulta pública da minuta de acordo
9. Assinatura do acordo setorial

SISTEMAS DE LOGÍSTICA REVERSA EM IMPLANTAÇÃO - PNRS

Produtos	Situação Atual	Previsão de Publicação do Acordo
Embalagens Plásticas de Óleos Lubrificantes	Acordo assinado em 19/12/2012	Publicado no início de fevereiro de 2013
Lâmpadas de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista	Texto de acordo passando por pequenos ajustes para ser enviado ao CORI.	2014
Embalagens em Geral	Texto de acordo passando por pequenos ajustes para ser enviado ao CORI.	2014
Produtos Eletroeletrônicos e seus Resíduos	Em negociação com os proponentes.	2014
Descarte de Medicamentos	Edital publicado Previsão para recebimento das propostas 01/04/2014	2015

Pleitos dos Proponentes

- Participação pecuniária do consumidor para custeio da logística reversa, destacada no preço do produto e isenta de tributação
- **Envolvimento vinculante de todos os atores do ciclo de vida dos produtos eletroeletrônicos** não signatários do acordo setorial
- Reconhecimento da **não periculosidade dos produtos eletroeletrônicos pós-consumo**, enquanto não haja alteração de suas características físico-químicas
- Criação de documento autodeclaratório de transporte com validade em território nacional, de forma a documentar a natureza e origem da carga
- Reconhecimento que o **descarte** no sistema de logística reversa dos produtos eletroeletrônicos **implica em perda de propriedade**

Metas – embalagens plásticas de óleo lubrificante

- embalagens plásticas de óleo lubrificante:
 - Proporção de municípios com LR implantada nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste (à exceção dos Estados do Piauí e Maranhão):
 - **70% em 2014**
 - Proporção de embalagens plásticas de óleo lubrificante coletadas e destinadas de forma ambientalmente adequada no país
 - **60% em 2016**

Metas - lâmpadas

- Implantação progressiva da logística reversa de lâmpadas fluorescentes:
 - Distância máxima percorrida pelo consumidor para o descarte de lâmpadas fluorescentes em pontos de coleta nos municípios atendidos:
 - 4 km em 2019
- Implantação progressiva da logística reversa de lâmpadas fluorescentes :
 - Proporção de lâmpadas fluorescentes coletadas e destinadas de forma final ambientalmente adequada em relação à quantidade de lâmpadas colocadas no mercado nacional em 2011:
 - **20% em 2017**
 - Referência:
 - Alemanha: 33%

Metas – embalagens em geral

- Implantação progressiva da logística reversa de embalagens em geral:
 - Proporção de localidades prioritárias com sistema de LR de embalagens em geral implantada:
 - **100% em 2016**
- Implantação progressiva da logística reversa de embalagens em geral:
 - Redução da massa da fração de embalagens dos resíduos recicláveis secos dispostos em aterro, com base na caracterização nacional em 2013:
 - **22% em 2015**
 - **28% em 2019**
 - Referências:
 - Europa: 40%

Metas - eletroeletrônicos

- Proporção de resíduos de eletroeletrônicos coletada e destinada de forma final ambientalmente adequada em relação à quantidade de produtos colocados no mercado no ano anterior ao da assinatura do Acordo Setorial:
 - **17% em 2021**
- Referências:
 - Alemanha: 56%
 - Dinamarca: 59%
 - Hungria: 39%
 - França: 19%

- Proporção de municípios com população superior a 80.000 (oitenta mil) habitantes com LR implantada:
 - **100% em 2021**

- Proporção de pontos de coleta por habitante nos municípios com LR implantada:
 - Ao menos um ponto de coleta para cada 25 mil habitantes

Metas - medicamentos

- Implantação progressiva da logística reversa de medicamentos:
 - Proporção de municípios com população superior a 100 mil habitantes com LR implantada:
 - **100% em 2020**
- Implantação progressiva da logística reversa de lâmpadas fluorescentes :
 - Número de pontos de coleta instalados em âmbito nacional:
 - 5.522 em 2020
- Implantação progressiva da logística reversa de lâmpadas fluorescentes :
 - Distribuição de pontos de coleta nos municípios atendidos:
 - Ao menos 1 ponto de coleta para cada 20 mil habitantes



Obrigada !

Contatos

Email: sabrina.andrade@mma.gov.br

Telefone: 61 20282116